

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PESQUISA EM RISCO: GRUPOS DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**

**EDUCACIÓN SUPERIOR E INVESTIGACIÓN EN RIESGO: GRUPOS DE INVESTIGACIÓN Y PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO EN TIEMPOS DE LA PANDEMIA DEL COVID-19**

Ana Carla Costa<sup>1</sup>

Lesliane Caputi<sup>2</sup>

Diego Tabosa da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste texto trazemos à baila reflexões desenvolvidas coletivamente para fins de subsidiar os debates travados em live realizada na Semana de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES em 2020. Na ocasião discutimos, levando em consideração o contexto da pandemia COVID-19, a importância de grupos de estudos e pesquisa na educação superior, em especial num momento de ataques frontais que a pesquisa, (principalmente na área das ciências sociais), tem sofrido no atual governo federal – de caráter ultraneoliberal, neoconservador e de características fascistas. A partir da realização de uma pesquisa bibliográfica, construímos este texto pautando a análise da realidade pelo método dialético-crítico e aqui forjamos nossa posição ético-política de compromisso com as trincheiras de lutas da classe trabalhadora, pelas quais seguem sendo ímpares as articulações com os movimentos sociais e os diversos coletivos de defesa desta classe sempre espoliada pela subalterna burguesia brasileira (subalterna ao grande capital estrangeiro).

**Palavras-chave:** Educação Superior. Produção de Conhecimento. Grupos de Pesquisa. Movimento Estudantil de Serviço Social. Formação Profissional.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela UFTM. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS/UFTM. E-mail: [anacarla0906@gmail.com](mailto:anacarla0906@gmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social. Mestrado e doutorado em Serviço Social. Professora Adjunta no Departamento de Serviço Social da UFTM. Pesquisadora-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS UFTM e compõe a Rede Mineira de Grupos de Estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social/REMGEFSS. <https://orcid.org/0000-0003-1298-2104> E-mail: [leslicaputi@gmail.com](mailto:leslicaputi@gmail.com)

<sup>3</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFF–Niterói. Mestrado em Serviço Social pela UERJ. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social – GEPSS/UNIMONTES/CNPq e da Rede Mineira de Grupos de Estudos Sobre os Fundamentos do Serviço Social – ReMGEFSS. <https://orcid.org/0000-0001-8589-109X> Email: [diego.silva@unimontes.br](mailto:diego.silva@unimontes.br)

Artigo submetido em: 08 de abril de 2021.

Artigo aceito em: 21 de maio de 2021.

p. 84-105. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202120>

**Resumen:** En este texto planteamos reflexiones desarrolladas colectivamente con el propósito de subsidiar los debates realizados en vivo en la Semana de Servicio Social de la Universidad Estatal de Montes Claros / UNIMONTES en 2020. En Ocasión discutimos, teniendo en cuenta el contexto de la pandemia COVID-19, la importancia de los grupos de estudio e investigación en educación superior, especialmente en un momento en el que los ataques frontales que ha sufrido la investigación, especialmente en el campo de las ciencias sociales, bajo el actual gobierno federal - de carácter ultraneoliberal, neoconservador y de características fascistas. A partir de una investigación bibliográfica, construimos este texto a partir del análisis de la realidad a través del método dialéctico-crítico y aquí forjamos nuestra posición ético-política de compromiso con las trincheras de las luchas de la clase obrera, para las articulaciones con los trabajadores siendo únicos los movimientos sociales y los diversos colectivos de defensa de esta clase, siempre saqueada por la burguesía subalterna brasileña (subalterna al gran capital extranjero).

**Palabras clave:** Educación superior. Producción de conocimiento. Grupos de investigación. Movimiento de Trabajo Social Estudiantil. Formación Profesional.

## INTRODUÇÃO

Articulamos neste ensaio teórico reflexões sobre elementos fundamentais no seio da universidade como educação superior, pesquisa e Grupo de Estudos, os quais estão relacionados entre si e mediados pela conjuntura marcada por ataques frontais e aviltantes à ciência e à produção de conhecimento, em especial as produções voltadas à área das ciências sociais<sup>4</sup>.

No momento atual, são muitas as alterações, impactos e implicações que vivenciamos. Pode-se destacar duas faces desses tempos: de um lado a pandemia do novo Corona Vírus/COVID-19 e, por outro, o avanço exacerbado da ofensiva ultraneoliberal alinhada ao neoconservadorismo e ao fascista. No Brasil, em especial, enquanto a realidade demanda um Estado interventivo, ampliado e que legitime o que é público e vital a todos os sujeitos, temos um governo caricato, autoritário e representante nato da ortodoxia conservadora, neoliberal, fascista, de ações aviltantes

---

<sup>4</sup> Este texto emerge dos estudos e debates coletivos que visaram à realização da live: "Educação Superior e a pesquisa em risco: grupos de pesquisa e produção de conhecimento em tempos de pandemia", realizada no dia 01 de junho de 2020, como parte integrante da Semana da/o Assistente Social da Universidade Estadual de Montes Claros. A atividade foi promovida em parceria com os Grupos de Estudos, GEFEPSS/UFTM e GEPSS/UNIMONTES. Link para acesso: [https://www.youtube.com/watch?v=d6lJkXU9dDI&ab\\_channel=CursodeServi%C3%A7oSocial-Unimontes](https://www.youtube.com/watch?v=d6lJkXU9dDI&ab_channel=CursodeServi%C3%A7oSocial-Unimontes)

e de opção necropolítica<sup>5</sup>. As expressões e preocupações dos dirigentes brasileiros seguem pela economia em detrimento da vida, opta-se por números e lucros, acima de políticas sociais.

Neste aspecto, no campo educacional, a opção tem sido por uma formação aligeirada, tecnológica e voltada exclusivamente para o mercado. Frente à pandemia, a preocupação tem sido pela construção de um “novo normal” e, com isso, no âmbito do ensino superior, o que se vivencia é o aligeiramento da graduação, o recurso às modalidades virtuais, o fortalecimento do ensino a distância e incentivo à mercantilização e precarização dos serviços ofertados pelas Universidades. Estabelece-se um novo “*status quo*” nos espaços de formação acadêmica, no qual o que parece importar é o cumprimento de cronogramas, metas e conteúdos estruturais, abrindo-se mão do investimento numa formação centrada na dimensão político-pedagógica e emancipatória, num olhar para a vida humana, entendendo que a pandemia é passageira e o calendário pode ser repostado em outras brisas.

O presente ensaio é fruto de pesquisa bibliográfica e documental e está organizado em quatro partes que, interligadas, buscam, em poucas linhas, apresentar reflexões sobre a naturalização da educação mediada por tecnologias; a importância dos Grupos de Pesquisa e do Movimento Estudantil na Formação Profissional em Serviço Social; o Papel da Universidade na sociedade capitalista e as estratégias para a consolidação de um projeto de Universidade Popular; Pesquisa e Produção de Conhecimento.

As reflexões tecidas ao longo do texto se orientam pelos grandes desafios que o tempo presente nos impõe, seja pela crise sanitária deflagrada mundialmente em março de 2020, seja pela crise política, social e econômica que há muitos anos vivenciamos, mas que é agudizada e potencializada pelo momento pandêmico e pela condução política desastrosa e genocida<sup>6</sup> com a qual temos nos deparamos.

---

<sup>5</sup> Necropolítica: trata-se de categoria teórico-prática capturada na realidade pelo estudioso Achille Mbembe; cuja “materialização se dá pela expressão da morte” (Borges, 2019, p. 1)

<sup>6</sup> No dia 01 de junho de 2020, o Brasil registrava pouco mais de 30 mil mortos. Menos de dez meses depois, até 18 de março de 2021, registra-se 285 mil mortes no país. Este número é reflexo de uma

## “NADA É ORGÂNICO, É TUDO PROGRAMADO”<sup>7</sup>: HÁ FORMAÇÃO NUMA EDUCAÇÃO ROBOTIZADA, COISIFICADA E DISTANTE?

Para iniciar nosso debate, é necessário destacar que partimos da concepção de que a educação tem como função a formação de pessoas, de seres sociais, que num processo dialógico construa reflexões e entendimentos acerca da realidade social. Educar não é depositar ideias, tal como nos indicam as propostas apresentadas pelo ensino remoto, numa relação ensino-aprendizagem via rede tecnológica, como espécies de fabricação de ensino bancário, depositário, frágil, alienante, sem propósito de produção do conhecimento científico crítico, pelo contrário, numa lógica de reprodução e fortalecimento de ideologias dominantes e aligeiramento de uma alfabetização revestida de Educação Superior. Como diz Mészáros (2008),

A concepção de educação aqui referida – considerada não como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo – assinala um afastamento radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado. É compreendida como a extensão historicamente válida e a transformação radical dos grandes ideais educacionais defendidos no passado mais remoto. Pois esses ideais educacionais defendidos tiveram de ser não apenas minados com o passar do tempo, mas ao final, completamente extintos sob o impacto da alienação que avança cada vez mais e da sujeição do desenvolvimento cultural em sua integridade aos interesses cada vez mais restritivos da expansão do capital e da maximização do lucro. (MÉSZÁROS, 2008, p. 79).

Entendemos que a educação deve ser compreendida como um direito social e, como tal, deve ser laica, democrática, pública, de qualidade o que constituem valores

---

política de saúde desorganizada que ignora as orientações científicas de isolamento social e uso de máscaras, além de não investir numa vacinação em massa.

<sup>7</sup> Trecho da música “Admirável chip novo”, de autoria da cantora Pitty.

inalienáveis da universidade, tal como também, deve-se garantir a inclusão social. E, com base nos estudos do marxista Gaudêncio Frigotto<sup>8</sup>, quando nos referimos à educação, "entendemos como prática social e esta é definida pelas relações sociais". Logo, na sociedade capitalista, a educação é estruturada para atender essa sociabilidade. E, na direção de qual sociedade queremos, tal como explicitada nos princípios éticos fundamentais da categoria profissional de Assistentes Sociais, defendemos a educação no sentido do desenvolvimento das mais diferentes dimensões do ser humano, sejam elas física, mental, psíquica, estética, ou seja, àquelas que vão para além comer.

Com isso, desde a infância, importa construirmos conhecimento e cultura do trabalho no seu sentido ontológico, o que não se refere ao mero emprego e produção de mais valia. Portanto, "trata-se de um trabalho que transforma, agrega e qualifica a trabalhadora" (LOPES, NASCIMENTO E SILVA, 2019, p. 133), que constitui o ser social. É necessário, assim, pensar a educação para a vida em sociedade e não restrita ao preparo para o desempenho no mercado de trabalho estruturado na relação de exploração do homem/mulher por outro/a homem/mulher.

Antunes e Pinto (2017), ao realizar uma análise da educação nos séculos XX e XXI, nos apresentam um cenário bastante intrigante e desafiador. Dizem os autores que o taylorismo-fordismo apresenta à educação uma pragmática da especialização fragmentada, ou seja, "uma educação moldada por uma pragmática técnica que direciona a qualificação do trabalho nos limites da coisificação e da fragmentação impostas pelo modo de produção capitalista"(ANTUNES E PINTO, 2017, p. 79). E, sendo assim, espaço de formação promissor para esse horizonte educacional é aquele que participa, desmembra, fratura o saber entre o intelectual e o manual. Há uma valorização da prática em detrimento da reflexão.

---

<sup>8</sup> Estudos presentes na coletânea *História, natureza, trabalho e educação*, organizada por Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Salete Caldart, publicada recentemente pela editora Expressão Popular.

Diante de uma reorganização do modo de produzir as coisas, percebe-se que a educação que o capital agora requer - exige - deve ser ágil, enxuta e flexível. Há, portanto,

[...] uma nova pragmática da educação do capital nos dias atuais. No ensino superior, por exemplo, expandem-se os cursos "flexíveis". Propõe-se um núcleo básico para um nivelamento de competências ditas generalistas e para efetivar uma formação agilizada e com o menor custo possível. Expandem-se as estruturas de ensino não presencial, ofertando cursos à distância sob métodos "tutoriais", atingindo não apenas a formação técnica de caráter esporádico e profissionalizante, mas cursos de graduação, inclusive licenciaturas, e de pós-graduação nas mais diversas áreas. (ANTUNES E PINTO, 2017, p. 100)

E é sob essa lógica, que, desde os anos de 1990, vivenciamos um grande processo de mercantilização do ensino superior que se deu, segundo Pereira (2008), a partir da colocação das Universidades como atividade não exclusiva do Estado. Tal processo "abre precedentes para a desresponsabilização do Estado frente ao financiamento das instituições públicas, a inserção na lógica mercantil nas universidades públicas e a expansão do ensino superior via setor privado" (PEREIRA, 2008, p. 155) e vem sendo potencializado a cada ano.

O que temos hodiernamente é o desmonte das universidades públicas e do ensino presencial ao mesmo tempo em que se amplia o ensino à distância e privado. Este cenário ganha nitidez quando, por exemplo, analisamos a proposta do Future-se<sup>9</sup>. Deparamos-nos com os ataques à autonomia universitária<sup>10</sup> ou, ainda, quando observamos a constante indução "ao afastamento dos/as estudantes do desenvolvimento da pesquisa básica, da interpelação dos problemas lógicos e epistemológicos da ciência e ao

---

<sup>9</sup>Segundo Deise Mancebo, "O Ministério da Educação já apresentou quatro versões do Future-se (em julho e outubro de 2019, e em janeiro e maio de 2020) e, se aprovado em qualquer das suas versões, o Futura-se, que parte da dicotomia redutora e falsa de que o problema é o Estado e a solução é o mercado, deixará a universidade ao sabor das oscilações do mercado financeiro e de interesses estranhos ao ambiente universitário". (MANCEBO, 2020, p. 8)

<sup>10</sup>Expressa com a mudança de critérios de escolha de reitores, por exemplo, *vide* o ocorrido da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM (pioneiramente), em que, no ano de 2018 foi nomeada uma reitoria ilegítima, manobra cada vez mais presente em um país que institui o golpe à democracia como tradição.

abandono da pesquisa histórico-social, sociológica, artística e cultural". (ANDES, 2020, p. 2)

Trata-se de uma conjuntura em que o governo federal expressa, em plena pandemia, seu negacionismo da ciência contrariando todo o movimento mundial de combate ao coronavírus - Covid 19. E quando se refere à ciência, revela uma visão distorcida deste tecido fino e caro para qualquer civilização, pauta-se na destruição da razão, da universidade pública, forja o conservadorismo e a política do ódio.

## O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA E ESTRATÉGIAS PARA UMA UNIVERSIDADE POPULAR

Para discutirmos e ampliarmos o debate da precarização, mercantilização e flexibilização da Educação/Ensino, é fundamental entendermos o contexto em que o Ensino Superior surge no Brasil e a forma como ele se desenvolve no modo de produção capitalista, o que brevemente já começamos a aprofundar, além disso, analisar a quem a Universidade atende e até onde ela chega. Só assim conseguiremos refletir e buscar estratégias para que nossa luta contemple todos/as filhos/as da classe trabalhadora, população preta e pobre.

No Brasil, a Universidade surgiu de forma tardia, durante a primeira metade do século XX. Desde então, surge para atender aos interesses do estado capitalista e das elites econômicas.

A educação superior, no pós-64 (período que compreende a ditadura militar-empresarial brasileira, de 1964 a 1985), apresenta um duplo e contraditório movimento ao mesmo tempo em que se constitui um reconhecimento da pesquisa e extensão nas Universidades, atende as demandas do capital e sob uma forte lógica de mercantilização do ensino superior. A partir do golpe militar de 1964,

Abriram-se, então, as portas para a exploração mercadológica do ensino superior, com uma clara divisão de tarefas: ao Estado coube a criação das pós-graduações nas universidades públicas federais a partir da década de 1970, como parte daquele projeto de desenvolvimento, ainda com colorações nacionalistas, ao mesmo tempo em que ele se desobriga paulatinamente do nível da graduação, desgastando-o com poucos recursos; aos empresários leigos foi reservado o ensino da graduação, destituído da dimensão da pesquisa e localizado em IES majoritariamente isoladas, geralmente com cursos na área de humanas, que demandavam menos investimento. (PEREIRA, 2008, p. 120).

Durante a era Fernando Henrique Cardoso (FHC) há a expansão de instituições privadas em grande escala, associada ao controle das verbas nas instituições públicas, sob o discurso do ajuste fiscal. Entre os anos de 1995 e 2001, identificam-se cortes de verbas para investimento das universidades federais na ordem de 70% e, neste mesmo período, houve o congelamento nos valores e corte de verbas para bolsas dos programas de pós-graduação. (PEREIRA, 2008).

Nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016<sup>11</sup>), as reformas no ensino superior não só não cessaram como deram continuidade ao processo de mercantilização da educação e da universidade. A criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) intensificou o aligeiramento da Educação à Distância, a mudança na estrutura acadêmica e as limitações da Autonomia Universitária. Ainda neste período temos a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o objetivo de ampliar exponencialmente a oferta de vagas no ensino superior no Brasil, sem, portanto, garantir as condições necessárias para essa ampliação.

É necessário reconhecermos que, durante os governos de conciliação de classes, liderados pelo PT, ocorreu uma grande expansão da universidade brasileira pelos programas citados acima. Universidades foram construídas em diversas regiões do país. Tem-se, portanto, maior número de jovens com acesso à universidade, além de

---

<sup>11</sup> No ano de 2016, a presidenta Dilma Roussef teve seu mandato interrompido pelo golpe jurídico-parlamentar e midiático. Após alguns meses de tramitação, no dia 31 de agosto de 2016, o senado aprovou por 61 votos a 20 o impedimento da presidenta Dilma. Seu vice, Michel Temer (PMDB), assume e conclui o mandato.



observarmos, ainda que de modo lento e gradual, a implementação de sistemas de reservas de vagas – cotas raciais e sociais – no ingresso ao ensino superior. Apesar desses pontos positivos, a expansão de vagas em Universidades, via REUNI, exigiu a luta do Movimento Estudantil para garantir recursos necessários para viabilizar a permanência das/os jovens que passaram a acessar o ensino superior a partir da expansão. Além disso, o REUNI não previa verba necessária para garantir a autonomia das universidades frente a Fundações e interesses empresariais e, apesar dos segmentos universitários e da saúde terem lutado para impedir, vimos uma enxurrada de privatizações em diversos Hospitais Universitários, por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

A situação do ensino superior brasileiro é resultado de sucessivas reformas universitárias, cujas bases foram estruturadas desde o surgimento do ensino superior no Brasil. No Governo atual, é nítido que a política de Bolsonaro ataca os direitos dos trabalhadores e da juventude. Sendo assim, ataca diretamente a educação, com o objetivo de fortalecer uma lógica tecnicista, anti-intelectual, a crítica, servindo aos interesses da burguesia e do capitalismo que transformam a universidade, que deveria para todas/os, em um negócio, uma mercadoria, restringindo o acesso e o direito à permanência da classe trabalhadora ao ensino superior.

É nítido que a universidade atual cumpre uma função central no capitalismo brasileiro e é interessante mantê-las abertas, mas de forma que seja voltada para o capital.

O ponto inicial da nossa concepção de universidade popular é que esta não poderá desenvolver-se plenamente no seio do estado capitalista. É fundamental compreendermos o papel que a universidade desempenha no modo de produção capitalista para então desenvolvermos nossa estratégia de disputa. (UJC, 2011, p.4)

Lidamos atualmente com o crescimento e implementação do Ensino à Distância, programas como o Futura-se, intensificação cortes nas verbas das Universidades e na permanência/assistência estudantil. Os ataques à educação e à universidade pública, principalmente vindos do Governo Bolsonaro e Ministério da Educação, afeta diretamente um projeto de universidade que atenda as demandas da classe trabalhadora.

É colocado para a classe trabalhadora, que o Ensino a Distância amplia e garante o acesso ao Ensino Superior, mas não é falado que esse modelo de educação é um projeto que tem objetivo garantir o lucro da classe dominante.

[...] “A expansão do EaD interessa, sobretudo, ao empresariado vinculado ao “setor” educacional, que busca cada vez mais lucros e que têm um único objetivo – vender uma mercadoria, enquanto o governo se desobriga da execução da política pública de educação e acena com a mão do mercado esta modalidade como única saída. Desse modo, o ensino de graduação à distância assume a condição de uma nova “cobiça” social, pois, em nível da aparência do fenômeno, apresenta-se como democratização do acesso, o que tem escondido sua essência mercantil.” (MELIM e MORAES, 2021, p.9)

É fundamental evidenciar que as lutas e mobilizações do Movimento Estudantil acarretaram em conquistas de muitas demandas, como a ampliação do acesso à universidade e permanência, além da implementação das cotas sociais e raciais. Mas, ainda assim, não é o suficiente e não contempla toda a população.

A Universidade e a Educação que queremos e defendemos, tanto nas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) quanto em todos os debates que realizamos acerca da Formação Profissional em Serviço Social, é uma educação que seja gratuita, laica, de qualidade, democrática e que seja pautada nos interesses da classe trabalhadora e não do capital, que é uma Universidade Popular.

Entendendo que o modelo de Universidade atualmente atende aos interesses da sociedade capitalista, a Formação, Universidade e Educação que pautamos não poderá se desenvolver plenamente no capitalismo. Porém, precisamos defender e lutar por causas mínimas que são essenciais para a consolidação da Universidade Popular.

Essa Universidade pela qual lutamos tem como objetivo de construir e produzir conhecimento crítico, revitalizar o papel Universidade atual, rompendo com os parâmetros da educação que tem o mercado como condição e o lucro como seu fim, sendo, assim, um instrumento anti-capitalista na sociedade brasileira.

Só conseguimos resistir com combatividade se tivermos como objetivo um projeto de educação que garanta o ensino público, gratuito, laico, de qualidade que atenda às necessidades da população, na perspectiva da construção de uma sociedade anti-capitalista, assim como no Projeto Ético Político Profissional, que questione o avanço da mercantilização/precarização da educação, pautado a soberania nacional junto a produção de ciência e tecnologia a partir das demandas do povo brasileiro, amplie a democracia universitária e construa experiências de extensão junto aos movimentos populares.

## PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: UNIDADE NA DIVERSIDADE

Partimos da premissa central de que a pesquisa precisa ter um significado social e a produção de conhecimento cumpre o dever ético de socialização do conhecimento científico-social de interpretação da realidade.

Em diversas passagens, Marx explicitou seu vínculo com a metafísica aristotélica da essência e da aparência: 'Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas[...]. Além disso, todas as ciências '[...], exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência. [...] O economista burguês [é aquele] cujo cérebro limitado não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta (MARX, 1985, apud FEIJÓ, 2015, p. 306).

A pesquisa no atual modelo de Universidade é usada para os interesses do capital. Na Universidade Popular, a produção de conhecimento, o desenvolvimento de pesquisa e a inovação tecnológica devem estar vinculados à necessidade de superar os desafios da questão social, denunciando as mazelas geradas pelo capitalismo e expondo as contradições de sua ideologia.

Além disso, a pesquisa tem sido fundamental na permanência estudantil das/os estudantes, por muitas vezes proporcionar bolsas de estudo para realizarem suas atividades. Sabemos o quanto os editais internos são rigorosos nos processos de seleção, mas com certeza proporcionam a formação de novas/os investigadoras/es fortalecendo

a produção do conhecimento. É fundamental ressaltarmos que é da Universidade Pública que vem 95% das pesquisas científicas em nosso país, e que os ataques e retrocessos vivenciados pela universidade pública, afetam diretamente esta produção.

O capitalismo carrega com ele a mercantilização da vida social, e fica mais evidente no contexto avassalador da pandemia da COVID-19, que deixa humanidade agoniada e que, no Brasil, evidencia a crueldade com o descaso com a vida das/os trabalhadoras/as e os desmontes das políticas sociais. A comunidade acadêmica vem se preocupando com a situação epidemiológica do país e buscando, em todas as áreas do conhecimento, alternativas para seu enfrentamento. Ela vem sendo surpreendida pelo Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, através de Portarias emitidas em pleno contexto de combate à pandemia, que reiteram a política de descaso com a educação, com a pós-graduação e com a pesquisa, indispensável no contexto atual. Reafirmam a escalada política do governo na intenção de desmonte de toda ciência, sustentando uma visão tecnicista de pesquisa, uma política à negação e desvalorização das ciências básicas, humanas e sociais e a desqualificação de qualquer forma de pensamento crítico.

Num cenário de pandemia que visibiliza, a cada dia, a crescente política econômica voltada apenas para alavancar interesses mercantis acima da defesa do direito à vida de todos os que são alijados da distribuição da riqueza coletivamente produzida, os ataques ao direito à educação e à pesquisa multiplicam-se. Dentre eles, aprofundam-se os que se voltam às ciências que não são vinculadas apenas a atividades fins e não geram produtos com interesses mercantis. Verifica-se, nesse processo, diversos ataques às Ciências Humanas e Sociais, reduzindo-as à condição de tecnologias que valorizam a abordagem puramente instrumental de complexos temas que compõem os estudos sócio-humanos, constituindo-se como forma de saber estratégico para a política de sucateamento da educação pública, laica e de qualidade. (ABEPSS, 2020 e *online*).

Um exemplo disso é o Edital do PIBIC- 2020, que surpreende a todos com a exclusão de projetos de Iniciação Científica que não se enquadrem nas Áreas de Tecnologias Prioritárias elegidas pela Portaria nº 1122/2020. Trata-se de brutal corte no orçamento, sobretudo para as Ciências Humanas e Sociais, na medida em que se fixa nesse edital que, no tocante às bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica

(PIBIC, que existe desde a década de 1950) nas áreas de humanidades, só serão aceitas aquelas que “contribuam, em algum grau, para o desenvolvimento das Áreas de Tecnologias Prioritárias do MCTIC”. (ABEPSS, 2020b).

Todos esses ataques à pesquisa e à ciência foram feitos em plena pandemia, o que intensifica ainda mais o adoecimento mental das/os pesquisadoras. Chegamos à conclusão que para os interesses da burguesia é ciência a produção de tecnologia voltada ao desenvolvimento econômico, ou seja, submetida à lógica do mercado.

[...]As mudanças ocorridas em razão da crise sanitária não têm pontapé inicial em 2020, trata-se de um projeto de educação de base neoliberal, cujas raízes, no Brasil, estão no bojo das reformas do Estado da década de 1990, nos governos FHC (1994–2002). Diversos organismos multilaterais, mas, em especial o Banco Mundial, aglutinou interesses da burguesia e organizou, através de diretrizes e financiamentos, as mudanças necessárias para a força de trabalho que respondesse às demandas do capital.” (MELIM e MORAES, 2021, p.23)

O bolsonarismo, porque não é somente o ser Jair Bolsonaro, mas um movimento político-econômico e social que alimenta o governo militar Bolsonaro–Mourão; em cada encaminhamento dado no campo da educação superior, reafirma sua escalada política de desmonte de toda ciência. “Reafirma uma visão tecnicista de pesquisa, uma política à negação das ciências básicas, humanas e sociais; e a desqualificação de qualquer forma de pensamento que ultrapasse a manipulação ideológica que se confronta com a austeridade da defesa da militarização da vida social, com o policiamento de comportamentos e com a criminalização do pensamento crítico”. (ABEPSS, 2020 e *online*).

Mesmo com a suspensão das aulas por grande parte das universidades, principalmente as públicas<sup>12</sup>, o produtivismo é muito cobrado academicamente, além da cobrança pessoal. Sabemos e já foi citado aqui o quanto a pesquisa e a produção de conhecimento são fundamentais, porém a conjuntura da crise do coronavírus é nova para todas/os nós. Entendemos que manter a produtividade em tempos de rotinas alteradas

---

<sup>12</sup> Medida apoiada e incentivada pela através da nota “ABEPSS se posiciona pela suspensão do calendário acadêmico no âmbito da graduação e da pós, publicizada no site da entidade. ABEPSS, 2020C.

por uma pandemia é mais uma evidência da atual política do governo que se volta apenas para a mercantilização da vida social.

Até por isso, é interessante para a burguesia que as faculdades privadas, mesmo as de ensino presencial, se adaptem ao Ensino à Distância. Tanto é que uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo, através do Ministro da Educação, se refere à PORTARIA MEC Nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

É fato que essa medida pode aprofundar a condição de precariedade da educação no país, e não leva em conta a enorme desigualdade de acesso aos meios e condições necessários para participação de aulas nessas condições, assim como as inúmeras limitações pedagógicas de aprendizagem que este método impõe aos estudantes e professores. (ENESSO, 2020).

Ademais, essa conjuntura tem afetado a saúde mental de todas/os, e se intensifica ainda mais com o adensamento do Ensino à Distância e a cobrança pelo produtivismo.

O Serviço Social já manifestou posicionando através de todas as suas entidades, acerca do Ensino à Distância durante o período da pandemia e, para além disso, construímos a muitas mãos a defesa de um ensino presencial, gratuito, de qualidade, socialmente referenciado e popular.

O EAD não garante o compromisso do Serviço Social com a direção do projeto de formação profissional construído coletivamente pela categoria e sustentado pela concepção de rigoroso trato teórico-metodológico, técnico-operativo e ético político. E é preciso reafirmar que a nossa crítica direciona-se à modalidade de ensino de graduação à distância em Serviço Social e não aos/as discentes e trabalhadores/as que estão inseridos/as nesta modalidade." (ENESSO, 2020).

A Produção de Conhecimento, que para nós do Serviço Social se configura como um dos Pilares do PEP, demanda investimento/fomento para realização de pesquisas científicas e formação de pesquisadores. É o que temos é cada vez mais cortes no orçamento para tal, aproximadamente 40% a cada ano, e no atual governo temos somado cortes e ataque frontal para o desmonte do CNPQ e CAPES (órgãos fundados em 1951, CNPQ financia pesquisas e CAPES financia a formação de pesquisadores/as, bem a grosso modo explicando a importância destas agências públicas no Brasil). Concordamos com Silva (2007), quando este afirma que,

Desenvolver pesquisas na contemporaneidade não exige apenas capacidade (embora não prescindida dela). É preciso delimitar objetos de estudo que sejam relevantes para a imensa maioria da população brasileira que participa da produção social, sem ser beneficiada pela riqueza por ela gerada. É necessário investigar os porões da sociedade contemporânea, estruturada sob a ordem do capital (e este é um fato incontestável e não uma afirmação "contaminada de ideologia"), tendo claro que isso exigirá, sempre, de uma forma ou de outra, atitudes políticas (assumidas ou não), indo muito além de "conclusões científicas" comprometidas com a naturalização da propriedade privada ou, no máximo, com certo tipo de crítica resignada. (SILVA, 2007, p. 294).

A Produção do conhecimento nas relações humanas são ímpares para disseminar as respostas às diversas inquietações desta sociedade de lutas de classes, e a lógica fordista, a lógica de tempo e recursos miseráveis para a pesquisa, acarreta a reprodução do já existente e a acriticidade traz o plágio e adocece mentalmente docentes, pesquisadores/as e estudantes universitários e ainda exige que o reproduzido tenha valor Lattes e pontuação ENADE, por exemplo.

## GRUPOS DE PESQUISA E MOVIMENTO ESTUDANTIL: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Tendo como pressuposto da educação superior o tripé ensino-pesquisa-extensão como fundamentais, no âmbito acadêmico-científico, os Grupos de Estudos constituem-se como estratégia de resistência e construção da educação na perspectiva emancipatória, espaço de formação político dos sujeitos sociais. Configuram-se como

estratégia de revigoramento da direção sociopolítica da profissão, podendo potencializar o protagonismo estudantil na formação profissional e expressar ações políticas e formativas de uma educação crítica, democrática, pública, popular, cuja formação é para a vida social e a sociedade, muito além da formação estrita para o mercado profissional. Concorde a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os grupos de estudos

[...] mostram-se como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento. Organizando-se em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam pesquisadores para tratar de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. (ABEPSS, 2019, p. 1)

Pautamos a importância dos grupos de estudos se consolidarem na sua composição e organização prezando o princípio da democracia, da liberdade e da construção coletiva, respeitando o tempo histórico e a formação intelectual e teórica de cada participante. Importa forjar a formação de intelectuais, considerando a ideia gramsciana de que “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 18). Sendo assim, podemos afirmar que os grupos de estudos e pesquisas se configuram como estratégia de reafirmação da direção sociopolítica da profissão.

Para a categoria discente, os Grupos de Estudo e Pesquisa tem uma grande importância na Formação Profissional, desenvolvendo debates, eventos, projetos de ensino, pesquisa e de extensão, de acordo com os seus eixos de estudo e pesquisa. No âmbito do Serviço Social tendem muito a fortalecer a produção de conhecimento, potencializando as/os estudantes a encontrarem seus objetos de pesquisa, inclusive para seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Além disso, proporciona a troca de conhecimento coletivo e podem traçar estratégias e respostas para a luta. Entendemos



a pesquisa como instrumento central para formação profissional e ao exercício profissional, pois é através dela que identificamos as diversas questões pautadas nas diferentes realidades sociais. Somente a pesquisa possibilita o conhecimento da realidade social para intervenção.

Para além de retratarmos sobre a importância dos Grupos de Pesquisa, é fundamental ressaltar o protagonismo do Movimento Estudantil de Serviço Social-MESS na formação profissional, na produção de conhecimento, reflexões e estratégias coletivas. O MESS tem mostrado seu comprometimento com a produção e socialização de conhecimento, realizando eventos como os Seminários Regionais e Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil do Serviço Social. Esses eventos visam à apresentação de trabalhos de estudantes de graduação e pós-graduação em Serviço Social. O último Seminário aconteceu nacionalmente na cidade de Niterói-RJ, do dia 15 ao dia 18 de janeiro de 2020. O tema do evento foi: "A Virada agora é Preta - 40 anos do Congresso da Virada: por uma práxis antirracista.". O evento teve mais 120 trabalhos submetidos, e quase 300 estudantes inscritos, a comissão organizadora local-UFF Niterói, em conjunto com a comissão organizadora geral e todas/os estudantes que participaram do evento, marcaram história no Movimento Estudantil de Serviço Social.

O MESS é objeto de pesquisa de muitas/os militantes da ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), inclusive, no Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional-GEFEPSS da Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM. Esse é um tema essencial nos debates e pesquisas, por entendermos que ele faz parte dos Fundamentos do Serviço Social e da Formação em Serviço Social, e contribui muito para o exercício profissional. As/os estudantes em formação de Serviço Social tiveram/têm papel fundamental no processo de organização política do Serviço Social, desempenhando muitas ações de luta em conjunto com as entidades da categoria, conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS.

A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS vem sendo construída por diversas gerações, se configurando enquanto elemento constitutivo da história do Serviço Social. Têm-se registros desta contribuição

do segmento estudantil, bem como de sua organização política, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro. (MOREIRA, 2017, p.130).

Uma das principais lutas pautadas pelo Serviço Social no Brasil é a consolidação de uma Formação Profissional presencial, pública, socialmente referenciada, laica, de qualidade e crítica. No Serviço Social, tivemos muitas conquistas acerca disso, como a construção das Diretrizes Curriculares de 1996 que carrega o compromisso com uma formação profissional qualificada e crítica para a intervenção na realidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de pandemia Covid-19 no Brasil exacerbou o quanto a desigualdade social, de gênero, raça e etnia reverbera na educação. Tal como se acirram as desigualdades sociais, acirram-se as desigualdades da educação. Ao invés de estratégias e investimentos no apoio de bem-estar e saúde mental de estudantes e docentes na fase de isolamento e distanciamento social, a fadiga mental, o pânico, as exigências acadêmicas atravessaram os muros universitários e invadiram a vida doméstica construindo caos nas esperanças de vidas e do futuro. "Nesse contexto da pandemia, o discurso do Estado e de parte da sociedade de que a educação "não pode parar", bem como o anúncio da redução de orçamento da ordem de R\$ 4,18 bilhões no Ministério da Educação (MEC) para 2021, vão delineando traços mais nítidos de uma nova política de expansão da modalidade de ensino à distância." (MELIM e MORAES, 2021, p.14)

Não contamos com garantia das mínimas condições de subsistência de centenas de milhares de estudantes, considerando que 70,2% deles vivem na faixa de renda mensal familiar per capita de até um e meio salário mínimo (segundo a Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, publicada em 2018 pela Associação dos Reitores das Universidades Federais (ANDIFES).

Diante dessa realidade e dos diferentes e não menos tensos ataques à educação, a nossa tarefa principal agora é defender as conquistas que tivemos ao longo da nossa história. O financiamento público e o acesso gratuito às universidades públicas têm que ser defendidos com absoluta centralidade.

É preciso lutar contra os cortes nas bolsas de estudo e pela qualidade da graduação e pós-graduação brasileira; pela garantia e ampliação do direito de acesso e permanência dos estudantes de graduação e pós-graduação bolsistas e não bolsistas; pela valorização da ciência e da pesquisa realizada no país nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Na conjuntura desafiadora e excepcional que nos confrontamos em 2020, a qual as mobilizações nas ruas, nosso maior instrumento de luta, foi inviável devido a pandemia, concretizamos o que Marx e Engels, num plano teórico-político de nítida luta de classes, nos dissera em 1848, no Manifesto do Partido Comunista:

[...] Nessas crises, irrompe uma epidemia social que em épocas precedentes teria parecido um absurdo - a epidemia da superprodução. [...] a sociedade possui demasiada civilização, demasiada indústria, demasiado comércio. [...] As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesma criada. E que modo a burguesia vence tais crises? De um lado, através da destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo portanto? Mediante a preparação de crises mais generalizadas e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las. (MARX e ENGELS, 2008, p.51)

Vivemos o quanto o projeto societário capitalista se reconstrói nas suas crises cíclicas, recriando aviltantes explorações do ser humano pelo próprio humano, custando a própria vida do explorado. Na exploração violenta da natureza e da humanidade, o capitalismo lança novas relações mercadológicas. E assim a educação, enquanto motriz da formação de consciência de classe dos seres sociais e fino tecido das relações sociais associada à saúde, tem no projeto burguês a estruturação de nicho de mercado e uso de todas as forças destes tecidos (educação e saúde) como cultura de direito humano para transformar na cultura empreendedora.

Trazemos a pauta da luta por uma Universidade Popular, pois ela enfrenta a lógica do capital, pensando em possibilidades e estratégias contra todos os golpes na educação,

no Movimento Estudantil, Movimentos Sociais e na classe trabalhadora, e permite transformar as lutas de resistência em motor que impulsiona a disputa de um projeto de sociedade no seio da universidade.

É urgente, contudo, que possamos disseminar, num amplo trabalho de base cotidiano, a firmeza do horizonte da defesa do projeto ético-político para que a perspectiva de educação crítica não seja fragilizada ao uso de tecnologias remotas que reforçam e endossam o discurso e a prática ultraliberal de mercantilização do ensino.

Os tempos atuais se colocam extremamente desafiadores para nós enquanto classe trabalhadora. Temos o fortalecimento do conservadorismo, o avanço estarrecedor do reacionarismo, de perspectivas pós-modernas e um retrocesso iminente de direitos conquistados historicamente através de muita luta, se constituindo enquanto um cenário de solapamento agudizado de possibilidades para os/as trabalhadores/as. Nesta direção, o que nos resta é nos organizar e lutar. (MOREIRA, 2017, p.138).

Precisamos continuar sendo destaque na produção de pesquisas e conhecimentos críticos da área do serviço social, contudo estar atentas/os e fortes contra o avanço do pensamento conservador e disputa de um novo Projeto Profissional na defesa do Projeto Ético Político e da direção de uma profissão de luta e revolucionária, comprometida com a emancipação humana e a construção de uma nova ordem societária sem qualquer forma de exploração e opressão.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Grupos Temáticos de Pesquisa - GTPS. 2019. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/gtps.html>

ABEPSS. Os impactos da pandemia da COVID-19 (coronavírus) e as medidas para a Educação. 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/abepssorgbrnotacovid19-361>

ABEPSS. Pela imediata revogação da Portaria MCTIC nº 1.122, de 19.03.2020. 2020b. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/pela-imediata-revogacao-da-portaria-mctic-n-1122-de-19032020-365>

ABEPSS. ABEPSS se posiciona pela suspensão do calendário acadêmico no âmbito da graduação e da pós. 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/abepss-suspensao-calendario-2020-pos-370>

ABEPSS. ABEPSS posiciona-se com relação aos novos ataques à concessão de bolsas de estudo na pós-graduação. 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/abepss-posicionase-com-relacao-aos-novos-ataques-a-concessao-de-bolsas-de-estudo-na-posgraduacao-376>

ABEPSS. Manifesto pela revogação da pré-chamada do PIBIC/CNPq - 2020. 2020e. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/pela-revogacao-da-prechamada-do-pibic-cnpq-2020-372>

ANDES. Fature-se, Future-se é a fatura da Educação Pública: Pela imediata recomposição do orçamento público das instituições de Ensino. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/Arquivos/FOLDER%20-%20CONTRA%20O%20FUTURESE.pdf>

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez editora, 2017. (Coleção questões de nossa época; v. 58)

BORGES, Rosane. O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil. [Entrevista concedida a] Mariana Ferrari. Ponte Jornalismo. Setembro de 2019. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>

ENESSO. Impacto da crise do COVID-19 na atual conjuntura. 2020 Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/2020/04/09/impactos-da-crise-do-covid-19-na-atual-conjuntura/>

ENESSO. O protagonismo do movimento estudantil de serviço social brasileiro: Serviço Social: A importância da Pesquisa e da Produção do Conhecimento da Formação ao Exercício Profissional, uma Prática Contínua. Disponível em <https://enessooficial.files.wordpress.com/2018/09/o-protagonismo-do-movimento-estudantil-de-servic3a7o-social.pdf>

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. A ideia da ciência em Karl Marx. In: Revista Política & Sociedade, V. 14, nº 31, set./dez. de 2015. p. 293-325. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n31p293>

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, Volume 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LOPES, Noêmia de Fátima Silva; NASCIMENTO, Geusiani Pereira Silva e; SILVA, Diego Tabosa da. Configuração do trabalho no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões. In: SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de; TRINDADE, Hiago. (Orgs.) 200 anos de luta: Marxismo e reflexões contemporâneas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019. p. 131-149.

Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros (MG), volume 5, número 2. jul./dez. 2021. ISSN 2527-1849

MANCEBO, Deise. Pandemia e educação superior no Brasil. Dossiê: "Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil". In: Revista Eletrônica de Educação, V. 14, jan./dez. 2020. p. 1-15

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista (1847). São Paulo: Editora Martin Claret, 2008. Coleção da obra-prima de cada autor. Vol. 44

MÉSZÁROS, István. Educação: o desenvolvimento contínuo da consciência socialista. *in* A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Coleção Mundo do Trabalho.

MOREIRA, Tales William Fornazier. O protagonismo do movimento estudantil no serviço social brasileiro: contribuição para (re)construção da profissão. Brasília-DF: Universidade e Sociedade, 2017.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. In: Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, V. 06, n. 2 jul./dez. 2007. p. 282-297.

UJC. Contribuição da União da Juventude Comunista para o I Seminário Nacional da Universidade Popular. *In*: Dossiê Universidade Popular. 2011, p. 3-7. Disponível em <http://ujc.org.br/dossie-universidade-popular/>

MELIM, Juliana Iglesias e; MORAES, Livia de Cássia Godoi. Projeto neoliberal, Ensino Remoto e Pandemia: Professores entre o luto e a luta. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v.13, n.1, p.198-225, abr. 2021.